

ROMPENDO O SILÊNCIO NA ESCOLA: REFLETINDO SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NO ENSINO FUNDAMENTAL I

Rosilaine Moreira do Nascimento ¹

Pedro Paulo Souza Rios ²

RESUMO

O estudo buscou analisar de que maneira se dá a problematização acerca dos processos de construção e reconstrução das relações de gênero, sexualidades e suas interseccionalidades nos processos ensino-aprendizagem no Ensino Fundamental I. Para tanto, nosso aporte teórico se deu a partir dos estudos teóricos na perspectiva de gênero e educação em Louro (1997; 2008) e Rios (2018) e gênero e infância em Felipe (2013) dentre outros/as pesquisadores/as de gênero e suas intersecções. A partir da abordagem qualitativa descritiva, optou-se por procedimentos de pesquisa o questionário de múltipla escolha, entrevistas semiestruturadas, e análise documental. A pesquisa foi realizada numa Escola pública de Ensino Fundamental do Município de Campo Formoso – Bahia, e teve como sujeitos estudantes do ensino fundamental I, a professora da turma e a coordenadora. A partir deste estudo destacamos a importância de estabelecermos, no âmbito do contexto escolar o debate sobre as questões de gênero e sexualidade, em seus diversos atravessamentos. Considerando que tais temas são inerentes à formação humana, fazendo parte do cotidiano dos/as estudantes desde a infância.

Palavras-chave: Gênero, Ensino Fundamental, Formação Docente.

INTRODUÇÃO

CONSIDERAÇÕES: O GÊNERO QUE SE APRENDE NA ESCOLA

Historicamente, a escola, enquanto espaço de construção do conhecimento, onde ocorrem os processos ensino-aprendizagem tem se constituído enquanto ambiente em que ideias e práticas culturais e sociais são enaltecidas e reproduzidas, mas esse também é um espaço também onde são disseminadas práticas conservadoras e discriminatórias. Nesse processo, corremos o risco de negar saberes imprescindíveis para a formação e construção do indivíduo enquanto ser histórico, cultural e social.

Dentre as questões que vem sendo desprezadas e negligenciadas nos processos pedagógicos destacamos os estudos de gênero e sexualidade, as questões étnicas raciais, orientação sexual que apesar de sua relevância social, cultural, política e pedagógica continua a ocupar um espaço pouco significativo no Projeto Político Pedagógico – PPP e, por

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus VII, rosilainemoreira1996@gmail.com

² Doutor em Educação pela Universidade Federal de Sergipe – UFS; Mestre em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB; Especialização em Educação de Jovens e Adultos e Filosofia Contemporânea; Graduado em Pedagogia e Filosofia, peudesouza@yahoo.com.br

consequência acaba por ter pouca ou quase nenhuma importância nos planos de aulas dos/as professores/as.

O interesse em aprofundar os estudos em torno das questões de gênero no espaço escolar, se dá inicialmente na infância, se constituindo posteriormente enquanto objeto de pesquisa. Por volta dos seis anos de idade, passei a evidenciar a demarcação de territórios para meninos e para meninas e que eles se reproduziam em casa, na escola ou em toda e qualquer instituição social, religiosa ou cultural.

Diante do exposto, visando romper o silêncio imposto histórico e socialmente às práticas pedagógicas se constitui enquanto objetivo desse estudo analisar de que maneira se dá os processos de construção e reconstrução das relações de gênero, sexualidades e suas interseccionalidades nos processos ensino-aprendizagem no Ensino Fundamental I.

Enquanto método de pesquisa compreendemos a investigação a partir da concepção de qualitativo descritiva, que segundo Marconi & Lakatos (2011), é uma investigação empírica, com o objetivo de conferir delineamento de um problema, análise de um fato e avaliação de programa. A pesquisa qualitativa descritiva exige daquele/a que pesquisa um profundo conhecimento do problema a ser estudado. No tocante às técnicas e procedimento de pesquisa optamos por questionário, entrevista semiestruturada e análise documental.

1. GÊNERO, UM CONCEITO HISTÓRICO E POLISSÊMICO

O conceito de gênero dá-se a partir da análise das “origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres” (SCOTT, 1998, p. 10) e remete a ideia dos processos de construção histórica e social das noções de masculinidade e feminilidade. Dessa forma, a concepção de gênero se define enquanto “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, sendo uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1998, p. 14).

Para tanto, tal conceito não se reduz apenas ao universo dicotômico masculino/feminino, trata-se também da análise e compreensão de outras identidades, conectando-se em especial às questões culturais de construção da sexualidade humana. De acordo com Rios (2018) as relações de gênero perpassam por várias conceituações e estudos, desde a construção de papéis masculinos e femininos, a formação da subjetivação dos sujeitos, da sexualidade, do foco na violência contra a mulher, das discussões sobre as masculinidades, heteronormatividade, homossexualidade, até as questões que relacionam gênero e poder, colocando em evidência que a subordinação feminina não é natural, estática e imutável.

É possível perceber a importância das questões de gênero nos espaços escolares, pois é fundamental que os diversos atores envolvidos nas diferentes fases e modalidades do sistema educacional possam acessar, questionar e refletir sobre tais questões, visto que, as mesmas implicam na organização social e individual das subjetividades, relações e atitudes. Louro (1997, p. 89) afirma que “a escola é atravessada pelos gêneros; é impossível pensar sobre a instituição sem que se lance mão de reflexões sobre as construções sociais e culturais de masculino e feminino”.

Para além de reprodutoras de desigualdades de gênero, e resistentes às desnaturalizações e transformações sociais, as instituições escolares são resultantes de uma sociedade culturalmente patriarcal, conservadora e desigual, onde o ciclo da hierarquia – padronizada entre cultura, escola e sociedade se reforçam. Portanto, comportar-se de acordo com os padrões esperados por determinada cultura ou sociedade, como menino (sendo forte, viril, corajoso, etc.) ou como menina (sendo delicada, comportada, meiga, etc.) só demonstra o quanto a escola sustenta e é assim sustentada por uma cultura machista, heteronormativa, preconceituosa, desigual e desumana.

A ausência das questões de gênero nos espaços escolares deve-se em grande parte ao currículo que está posto, onde restritivamente corrobora com a construção de estereótipos, legitimando uma hegemonia cultural. Para Moreira e Silva (2009) o currículo não é apenas um conjunto neutro de conhecimentos, que de algum modo aparece nos textos e nas salas de aula, ele não é um elemento inocente de transmissão desinteressada do conhecimento social, ao contrário disso, é resultado da seleção de alguém, da visão de algum grupo a respeito do que consideram como conhecimento legítimo e válido.

A estruturação curricular está intimamente ligada às relações sociais e valores dominantes da sociedade capitalista. Por conta disso, temos um currículo heteronormativo, sexista, patriarcal e elitista. Nesse cenário, atribui-se ao currículo a responsabilidade da carência das questões de gênero nos espaços escolares, assim como, suas atribuições enquanto terreno de produção, de criação, recriação e, sobretudo, de contestação e transgressão.

1.2 Infância, educação e equidade de gênero: intersecções necessárias

As desigualdades de gênero impostas em nosso dia a dia são resultados não apenas de uma estrutura social patriarcal, mas de um construto de consciência e paradigma pré-estabelecidos que têm se mantido até os dias atuais: opressão, perpetuação de estereótipos, violência física, psicológica, moral, patrimonial, feminicídio, estupros, assédio e abuso sexual

são apenas alguns exemplos das consequências da ausência da abordagem desta temática desde a infância, por aqueles/as tomados como diferentes e anormais (RIOS; DIAS, 2019).

Ao falarmos de infância muitos aspectos devem ser considerados, pois o conceito construído pela humanidade ocasionou uma padronização da criança, como se esta fosse um ser universal, sem características próprias de cada sociedade e de cada contexto histórico. Para Sarmiento (2007) no interior do mesmo espaço cultural, a variação das concepções da infância é fundada em variáveis como a classe social, o grupo de pertença étnica ou nacional, a religião predominante, e o nível de instrução da população.

É na infância que as crianças começam a desenvolver suas identidades, a partir de um construto imaginário. Compreendemos, portanto, que esse é um momento crucial no tocante às questões de gênero. É, necessariamente, na infância onde acontecem os processos de compreensão acerca das divisões e diferenças entre meninas e meninos (FELIPE, 2013). Logo, desenvolvem estereótipos, que aplicam a si mesmos/as e aos/às outros/as, em uma tentativa de dar sentido sobre as identidades em construção.

Nesse contexto, se faz necessário pensar uma educação alicerçada a equidade de gênero e no respeito às diferenças, elucidando as questões como igualdade de direitos e liberdades, reconhecendo e valorizando meninas e meninos em suas individualidades, desde a estruturação do PPP, a concepção do currículo, até as práticas cotidianas da escola, como por exemplo o recreio.

Assim, há que se reconhecer que a abordagem acerca da equidade de gênero para com as crianças deve-se à sua imbricação com a construção da cidadania. Não há como garantir cidadania com relações hierarquicamente desiguais entre mulheres e homens. Essas relações de gênero precisam ser debatidas na escola, necessariamente desde os primeiros anos, iniciando ainda na Educação Infantil e no Ensino Fundamental I, momento em que a criança entra em contato com diferentes pessoas e realidades sociais e culturais, pois as crianças devem ser instigadas a analisarem de forma crítica as questões que lhe são intrínsecas.

Segundo Louro (1997, p. 77), gênero refere-se “ao modo como as diferenças sexuais são compreendidas numa dada sociedade, num determinado grupo, em determinado contexto”. Assim, não é propriamente a diferença sexual de homens e mulheres que delimita as questões de gênero, e sim as maneiras como ela é representada na cultura através do modo de falar, pensar ou agir sobre o assunto.

3. METODOLOGIA: CAMINHOS PARA ROMPER O SILÊNCIO

O presente estudo se caracteriza como pesquisa de abordagem qualitativa. A escolha pelo desenvolvimento de um estudo qualitativo deu-se para a compreensão mais detalhada dos significados e características apresentadas pelos participantes da pesquisa. De acordo com Marconi e Lakatos (2011) a metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento.

3.1 Conhecendo o *Lócus* e os/as construtores/as de gênero no Ensino Fundamental I

A pesquisa foi realizada em uma escola da rede pública municipal localizada na cidade de Campo Formoso – Bahia. A escola Maria Anita Miranda Rocha está localizada no bairro Colina do Sol. Atualmente atende a uma demanda de 242 estudantes, que estão distribuídos/as em 10 turmas, funcionando cinco no turno matutino e cinco no vespertino. A instituição recebe alunos/as do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental I.

Esse estudo teve como público alvo quatro (04) crianças do 5º ano, sendo dois (02) meninos e duas (02) meninas, com faixa etária entre nove (09) e dez (10) anos. É pertinente ressaltar que o contato com as crianças ocorreu em 2018, durante a realização do estágio docente obrigatório no curso de Licenciatura em Pedagogia, no Ensino Fundamental I.

No decorrer do processo consideramos pertinente entrevistar a coordenadora pedagógica, por entender que é sua função, a partir do PPP da escola, incentivar e estimular atividades pedagógicas e práticas educativas pautadas no respeito às diferenças, a partir das manifestações culturais e sociais que adentram a escola. Acerca do/a coordenador/a pedagógico/a. A coordenadora tem formação em pedagogia e especialização em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica, atuando a mais de vinte (20) anos em salas de aulas, sempre com Educação Infantil e Ensino Fundamental I e exerce a função de coordenação pedagógica há seis anos (06).

Entrevistamos ainda a professora regente da turma, pois compreendemos que no decorrer dos processos pedagógicos o/a professor/a é o/a profissional que de maneira mais direta se relaciona se relaciona com o assunto a ser abordado em sala de aula e as reais necessidades dos/as alunos/as em formação. A professora em questão tem formação em pedagogia e está na docência há dezesseis (16) anos, sempre com turmas do Ensino Fundamental I.

3.2 Para melhor conhecer as relações de gênero nas práticas pedagógicas

No tocante às técnicas e procedimentos de pesquisa optamos por entrevistas semiestruturadas, com a coordenadora pedagógica da escola e a professora. Esse instrumento trata-se de uma técnica de pesquisa cujo objetivo é compreender o significado que os/as entrevistados/as atribuem a questões e situações, em contextos que não foram estruturados anteriormente, com base nas especulações do/a pesquisador/a (MARTINS, 2008). A coleta de dados, a partir das entrevistas, ocorreu no dia dez (10) de setembro de 2019, na própria escola.

Com as crianças optamos pela aplicação de questionário fechado de múltipla escolha, cujo objetivo era saber qual a compreensão dos/as mesmos/as acerca das perguntas elaboradas. A aplicação do questionário ocorreu em um dia de aula, com horário e dia previamente combinado com a professora da turma. A escolha dos/as estudantes para responderem ao questionário se deu mediante a disponibilidade dos/as mesmos/as em responderem ao questionário.

Num primeiro momento explicamos às crianças do que se tratava a atividade que estávamos desenvolvendo, abrindo espaço que elas tirassem suas dúvidas. Em seguida distribuimos os questionários. Estando com os questionários em mãos, procedemos da seguinte maneira: fazíamos a leitura de uma pergunta por vez e dávamos um tempo para que eles/as sanassem possíveis dúvidas em seguida cada um/a respondia individualmente.

O questionário subdivide-se em identificação, questionamentos sobre relações de gênero e sexualidade, questionamentos sobre a relevância dos demais temas na sala de aula, e um pequeno espaço para exposição de ideias, propostas ou perguntas sobre tais temas. Para Gil (1999, p. 128), o questionário, pode ser definido instrumento de coleta de pesquisa composto com um número considerável de questões tendo por objetivo o “conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”

4. ROMPENDO O SILÊNCIO: PORQUE É IMPORTANTE FALAR SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA?

É curioso perceber que mesmo em pleno século XXI assuntos relacionados à sexualidade, sexo, orientação e diversidade sexual, relações de gênero, corpo, dentre outros ainda se constituem em verdadeiros tabus. Nesse sentido, Rios (2018) argumentar que a melhor maneira de romper tabus relacionados às subjetividades é falando sobre eles. O autor reforça ainda que a escola tem papel preponderante nessa questão.

Conforme salientamos anteriormente a escola, enquanto instituição social e cultural se apresenta enquanto produtora e reprodutora de conhecimento, podendo esse ser voltado tanto

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

para a inclusão quanto para a exclusão das diferenças. Dessa maneira, acreditamos que a melhor maneira de educação, no que se refere às subjetividades é rompendo o silêncio.

4.1 Percepção de estudantes/professora/coordenadora sobre gênero

Uma primeira constatação acerca das análises se refere à ansiedade das crianças em responderem ao questionário. Tantos os meninos, quanto as meninas estavam visivelmente ansiosos/as. Acreditamos que a ansiedade seja decorrente do fato de ser essa a primeira vez em que eles/as estavam participando de uma pesquisa, conforme comunicado em momento anterior. Contudo, acreditamos que a temática abordada tenha parcela significativa no quesito ansiedade. Era a primeira vez em que eles/as iriam emitir opinião sobre algo que desejam tanto falar, mas que sempre são cerceados/as.

Em relação à professora e à coordenadora constatamos certo desconforto, diga-se de passagem recorrente, quando se trata de pesquisa. A impressão era a de que elas queriam dar a respostas de acordo com aquilo que pensavam que queríamos saber. Durante a entrevista foi possível perceber que elas foram ficando mais à vontade.

Uma primeira pergunta transcorria acerca da compreensão de gênero. As meninas responderam que sabiam do que se tratava, pontuando que, gênero seria o mesmo que falar sobre desigualdades entre homens e mulheres. Uma delas acrescentou que, tal conceito trata também do combate às discriminações.

A partir das respostas das meninas é possível dizer que elas já conseguem romper com a concepção do senso comum de que gênero é falar sobre as questões inerentes às mulheres.

Ao sinalizarem que as relações de gênero dizem respeito às desigualdades entre homens e mulheres compreendem que tais temáticas tratam necessariamente das relações de poder, estabelecidas social e culturalmente entre homens e mulheres, negros/as e brancos/as, heterossexuais e homossexuais. De acordo com Louro (2007) se faz necessário compreender as questões de gênero para além do masculino e feminino, ressaltando que é necessário compreender a partir das relações de poder que se estabelecem determinando qual gênero, orientação sexual, etnia, classe social pode ou não pode fazer ou exercer determinadas coisas e funções.

Um dos meninos assinalou que já tinha escutado falar sobre gênero. Contudo, num primeiro momento, considerando as alternativas assinaladas por ele, temos a impressão de que ele parece ter confusão, uma vez que ele marcou praticamente todas as respostas. No entanto, compreendemos que ele vai além, ao concordar com as meninas, sinalizando ainda que as questões de gênero tratam também das relações afetivas entre pessoas do mesmo sexo, o

combate a discriminação e as diversas violências cometidas contra as mulheres. Nesse mesmo sentido Sefferner (2015) ressalta que as questões de gênero precisam serem vistas em sua amplitude. Em torno dessa temática é possível tratar desde as questões mais corriqueiras até aquelas mais complexas das relações humanas.

No que se refere ao menino que disse não saber do que tratavam as questões de gênero, foi curioso constatar que mesmo afirmando não saber ele assinalou que trata das discussões acerca das desigualdades entre homens e mulheres.

Ao marcar essa alternativa é possível inferir que mesmo não conhecendo o conceito ele compreende em alguma medida do que trata o assunto. Acreditamos que sua resposta seja decorrente do trabalho desenvolvido na própria escola, uma vez que a professora sinalizou que essas questões são trabalhadas “de acordo com a necessidade”. Pontuou ainda que essa discussão é feita nas reuniões com os/as professores/as e que a escola já percebeu a necessidade de abordar tais temáticas como os/as estudantes. Acrescentou ainda que: “[...] dependendo da matéria a gente insere, se a gente ver que dá certo com a matéria”.

Mesmo não sendo algo refletido de forma sistemática compreendemos, a partir das respostas dos/as alunos/as, que ele/as tem contato com as temáticas, sendo possível que os/as nunca tenham escutado falar sobre os termos mais técnicos, ou não tenham tido esclarecimentos, demonstraram que em algum momento tiveram acesso a tais discussões.

Ademais eles/as concordaram sobre a importância e necessidade da introdução das questões de gênero durante as aulas, em virtude do conhecimento e compreensão das mesmas. De acordo com Casagrande (2008) discutir as relações de gênero no ambiente escolar é de fundamental importância quando se pensa em construir uma educação democrática que possibilite a todos os seus agentes, igualdade de condições e de oportunidades. Há, portanto, que sumariamente, considerar as crianças e adolescentes como atores sociais.

No entanto, a professora salientou que não teve nenhuma formação específica no que se refere as temáticas de gênero e sexualidade e que aquilo que sabe é decorrente “daquilo que lemos nos planejamentos, quando há necessidade”. A resposta da professora sinaliza que, apesar das questões de gênero mesmo não sendo parte do seu processo formativo, ela tem refletido acerca de tais ideias e concepções com os/as alunos/as. Na medida em que apresentam as relações de gênero como a abordagem e discussão das relações entre homens e mulheres explicitando a construção das desigualdades entre ambos, confirmam o que Scott (1998), conceitua como gênero, um produto social apreendido, em que o poder que permeia tais relações é desigualmente distribuído

A coordenadora pedagógica ressalta que teve “[...] apenas na formação continuada, em palestras, oficinas e encontros. Essas formações foram boas, mas foram insuficientes, preciso aprender mais, pois os desafios são muitos”. Comprendemos, dessa maneira, o quão urgente é que na formação inicial de professores/as essas temáticas sejam abordadas.

A partir das entrevistas com a professora e a coordenadora é possível perceber que tiveram pouco contato tais temáticas na formação inicial, participando de cursos e palestras posteriormente. Em consequência a não preparação para a abordagem e explanação das temáticas em sala de aula, as entrevistadas demonstraram incompreensão acerca dos temas. Ainda na entrevista a coordenadora considerou os temas relevantes para a formação das crianças, pois segundo ela:

As crianças precisam aprender desde pequenas, a respeitar os outros, saber o que está em volta delas, pois precisarão saber lidar com o que encontrarão fora da escola. Esses temas não devem ser trabalhados pensando apenas no futuro, mas para o presente também, pois são muitos os desafios na infância.

Tal fala vai de encontro ao propósito de analisar gênero e sexualidade na infância e, por conseguinte no ensino fundamental, por entendermos que a escola é uma prática política que pode ser transformada e que a mesma tem suma importância na identidade do ser homem/do ser mulher; desde que é a partir da escola, que são transmitidos conhecimentos, produzindo e fabricando sujeitos.

Em consonância ao que foi descrito pela coordenadora, pontuamos que para além do propósito de resultados futuros baseados em relações sociais justas, harmônicas e equânimes, a inserção das questões de gênero e sexualidade no espaço escolar também contribuem para a descoberta e prevenção de problemas graves como o abuso sexual ou estupros e a gravidez indesejada.

No que diz respeito à resposta da professora com relação a relevância dos temas para a formação das crianças, ficou notório que a mesma considera importante, no entanto, não quis explicar a sua resposta. Ao serem questionadas sobre episódios de segregações de espaços ou de tratamentos relacionadas a gênero entre as crianças ou entre professores/as e alunos/as, relataram que geralmente acontece entre as próprias crianças, durante o recreio escolar, pois há uma permanência dos “grupinhos” ou “panelinhas” entre os mesmos. Mas com relação aos/as professores/as defenderam que em nenhum momento existiu diferenciação de tratamento, meninas e meninos são tratados igualmente.

Portanto, percebe-se que a formação docente, aqui apresentada como um dos entraves para inserção das demais temáticas nas aulas, precisa possibilitar aos discentes o acesso aos estudos de gênero e sexualidade, em todas as suas dimensões. Visto que, enquanto não levarmos a sério a intensidade do envolvimento da educação com o mundo real das alternantes e desiguais relações de poder, estaremos vivendo em um mundo dissociado da realidade.

Consideramos que as práticas de formação docente podem representar possibilidades de ampliação do repertório de análises e debates em torno das questões de gênero e sexualidades, traduzindo-se em uma oportunidade de abalar certezas prontamente construídas, revisar os próprios valores, colocá-los sob suspeita e repensar os currículos escolares e as práticas pedagógicas.

CONSIDERAÇÕES: ROMPER O SILÊNCIO É PRECISO!

Tendo em vista a proposta do trabalho, destacamos a importância de estabelecermos, no âmbito do contexto escolar, principalmente no Ensino Fundamental I o debate sobre as questões de gênero e sexualidade, em seus diversos atravessamentos – classe social, raça, etnia, geração, entre outros. Considerando que tais temáticas são inerentes à formação humana, fazendo parte do cotidiano dos/as estudantes desde a infância e que, portanto, antecede à educação escolar, acreditamos que a problematização e a reflexão acerca de tais temáticas se constituem enquanto instrumentos eficazes no combate à desigualdade de gênero, orientação sexual, raça e etnia.

Portanto, tais discussões são indispensáveis para pensarmos justiça social, direitos humanos, cidadania, equidade e respeito, assim como a grave situação de violência física, psicológica, moral, os abusos, estupro e desrespeitos que crianças, meninas, mulheres, gays, lésbicas e transexuais vivenciam diariamente. Assim como outros temas que precisam ser amplamente entendidos e problematizados na sala de aula.

Por essa razão, os processos pedagógicos precisam estar vinculados às demandas concretas dos/as estudantes, com vista à compreensão, reflexão e problematização de questões intrínsecas aos alunos, considerando o fato de que as mesmas adentram as escolas ao tempo em que aí são produzidas e reproduzidas, afetando incisivamente nos processos ensino-aprendizagem.

Assim, podemos dizer que a escola em questão sinaliza tais discussões, ao passo que não só reconhece a necessidade e importância das demais temáticas, como as insere em alguns projetos. Apesar das discussões aparecerem apenas em momentos de necessidade, percebe-se

que as questões estão alcançando os alunos\as, pois, algumas concepções iniciais ao debate de gênero e sexualidade estão sinalizadas em suas opiniões.

Segundo Louro (1997) a instauração de práticas simples de subversão, questionamento e problematização das ordens de gênero instauradas, podem talvez “contribuir para perturbar certezas, para ensinar a crítica e a autocrítica [...], para desalojar as hierarquias.” É necessário que a escola como um todo esteja aberta a problematizar as questões de gênero e sexualidade e como suas práticas influenciam na formação do indivíduo e suas subjetividades. A busca do conhecimento e o exercício diário de reconhecimento das práticas pedagógicas naturalizadas é o pontapé inicial para possíveis transformações.

Discutir e transformar as representações a respeito de gênero e sexualidade é uma ação urgente e necessária a nossas escolas, pois acreditamos ser relevante pensar a formação a partir dos princípios da equidade e do respeito. Apenas assim conseguiremos romper com a estrutura machista, sexista e homofóbica, formando meninos e meninas, mulheres e homens para ações de não violência e que se respeitem mutuamente na perspectiva da equidade de gênero.

REFERÊNCIAS

CASAGRANDE, L. S. **Relações de Gênero e Educação: Um Convite à Reflexão.** In: Gênero e Diversidade Sexual no Ambiente Escolar. Refletindo Gênero na Escola. A Importância de Repensar Conceitos e Preconceitos. Secretaria de Educação Continuada. Ministério da Educação. Curitiba, 2008.

FELIPE, Jane.; GUIZZO, Bianca Salazar.; BECK, Dinah Quesada. **Infâncias, gênero e sexualidade nas tramas da cultura e da educação.** Canoas: Ed. ULBRA, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogia contemporânea. Pró-posições, v. 19, n. 2 (56) – maio\ ago. 2007.

MARCONI, M. de A. LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de Caso.** 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. da. (Orgs.). **Currículo, cultura e sociedade.** 6º Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

RIOS, Pedro Paulo Souza. **Discursos de equidade de gênero em educação: fabricação das diferenças no espaço escolar.** In.: RIOS, Pedro Paulo Souza; MENDES, Alane Martins. (orgs.). Educação, gênero e diversidade sexual; fabricação das diferenças no espaço escolar. Curitiba: CRV, 2018.

RIOS, Pedro Paulo Souza; DIAS, Alfrancio Ferreira. “Então me classificavam como estranho”: entre narrativas na construção do estranho no corpo de professores gays. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, Salvador, v. 04, n. 11, p. 539-557, maio/ago. 2019.

SARMENTO, Manuel Jacinto. VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos. (Org.) **Infância (in) visível.** Araraquara: Junqueira&Marin, 2007.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul.\dez. 1998.

SEFFNER Fernando. Sexualidade: isso é mesmo matéria escolar? **Rev. Teoria e Prática da Educação**, v. 17, n. 2, p. 67-81, Maio/Agosto 2009. Disponível em: http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/27750/pdf_55. Acesso em 20 de ago. 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. 3 ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2009.